Compreensão, mas com ressalvas

por Reginaldo Heller
do Rio

A reação de representantes de bancos estrangeiros no Brasil e de executivos de bancos brasileiros com trânsito no mercado financeiro internacional à nota conjunta de quatro governos latino-americanos, dentre os quais o Brasil, condenando a prática de protecionismo e juros altos, foi de compreensão e apoio, mas quase sempre com ressalvas. Alegam que a formação de um "clube de devedores", como definiu o presidente da Anbid, Ary Waddington, é justificada pela existência de um clube de credores — os "advisories committees" — e não deve implicar formação de cartel.

Os banqueiros estrangeiros que operam no Rio afirmam que o precedente do presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, também condenando a elevação das taxas de juros internacionais, evidencia a necessidade de soluções que visem ao restabelecimento do equilíbrio do mercado financeiro internacional. "A crítica de Ronald Reagan", declarou um destes representantes, "demonstra que a ação dos devedores não tem origem em atitudes emocionais."

Outro representante, também de banco americano, afirmou a este jornal que teme a formação de um cartel, onde, certamente, os resultados seriam nefastos para os devedores, o elo mais fraco desta cadeia, e citou o exemplo da ação solidária do Federal Reserve de Nova York com o Continental Illinois, um banco americano que teve de se socorrer de uma grande operação de assistência de liquidez. "O governo americano não deixará seu mercado financeiro soçobrar", disse aquele executivo do banco estrangeiro.

Também ouvido por este jornal, o diretor do Banco Boavista, Antônio Carlos Lemgruber, afirmou que a nota conjunta contribuiu, como um alerta, para a necessidade premente de se encontrar fórmulas de solução para o virtual "encilhamento" da dívida dos países menos desenvolvidos. Contudo, destacou sua ressonância maior junto aos públicos internos, embora nos centros financeiros internacionais encontre, também, apoio de alguns banqueiros, especialmente europeus, autoridades de governo e entidades financeiras internacionais. Lemgruber afirmou que o argumento usado rotineira-

mente pelos credores e relacionado às "regulações" do mercado financeiro americano enfraquece dia a dia, pois se tornou claro que a legislação pode ser alterada. "Os verdadeiros argumentos são ligados à credibilidade dos credores nas políticas econômicas destes países", disse ele. Explicou que os banqueiros temem quaisquer mecanismos automáticos e alheios às práticas de mercado, pois isso poderia colocar em risco seus próprios ativos.

Ary Waddington, da Anbid, afirmou que a nota dos quatro governos é oportuna. Há coincidência de interesses e, embora o pro-

tecionismo ainda não tenha afetado seriamente o comércio exportador do Brasil, ele sempre representa um risco. Waddington acha que o alvo específico e não explícito na nota conjunta é o déficit americano, hoje em mais de US\$ 200 bilhões. Pois, conforme declarou, as taxas de juros são apenas um termômetro da política econômica e não seria justo exigir do banqueiro a prática de juros mais baixos do que o de mercado, implicando prejuízos operacionais. O banqueiro aceitará negociar prazos, não juros. A questão dos juros é da alçada dos governos e suas respectivas políticas monetárias.